

# Francisco de Meneses Meireles de Távora do Canto e Castro

(Angra do Heroísmo, 1850 - Oeiras, 1915)

Natural de Angra do Heroísmo, Francisco Meireles do Canto e Castro nasceu a 21 de novembro de 1850 no seio de uma família nobre, ligada à política e à alfândega. Iniciou os seus estudos na terra natural, matriculando-se posteriormente na Escola Politécnica de Lisboa, com o intuito de seguir as pisadas de seu pai como funcionário civil.

A 27 de outubro de 1874 foi aprovado no concurso de segundos oficiais e cônsules de 1.ª classe e, no ano seguinte, ingressou na administração pública. Nesse mesmo ano de 1875, logo após contrair matrimónio com Maria Carlota da Costa Freitas, com quem terá tido cinco filhos, muda-se para a ilha de Moçambique, onde veio a ser nomeado diretor da Alfândega de Moçambique e feito membro da Junta de Justiça e vogal do Conselho de Província. Ali fundou também uma Escola de Ofícios. Em 1878, foi transferido para Lourenço Marques e, um ano depois, em 1879, tornou-se adjunto do comissário régio na Índia portuguesa, o conselheiro António Augusto de Aguiar (1838-1887). Acompanhou-o na assinatura do tratado aduaneiro entre Portugal e a Grã-Bretanha, o qual regulamentava o funcionamento das alfândegas na Índia. Para isso, partiu rumo a Goa, onde desempenhou um papel relevante na mediação entre as alfândegas da Índia portuguesa e da Índia britânica. **Constâncio Roque da Costa** foi contra a assinatura do tratado, que considerou ser “talvez o mais desastroso de todos os d’antes havidos” (in Pereira 2017, 242). Pouco depois, Francisco Meireles foi promovido a administrador-geral das alfândegas do Estado Português da Índia, função que terá acumulado com a direção da alfândega de Macau.

A 2 de outubro de 1882 foi nomeado cônsul-geral de Portugal em Bombaim. A sua vivência entre a Índia portuguesa e a Índia britânica suscitou o interesse de um importante estudioso de crioulos, o linguista alemão Hugo Schuchardt (1842-1927), que se correspondia com o pai de Francisco Meireles e veio a encontrar no filho uma fonte de acesso privilegiado a materiais linguísticos. Numa carta de 11 de novembro de 1882, escrita a partir de Lisboa, o cônsul-geral dá testemunho da sua experiência linguística do território indiano, especificando que “[o] português fallado pelos indios-christãos (que em todo o Hindustão se

dizem Portuguezes) nada tem de especial a não serem a conservação de alguns modos de dizer antiquados, e as incorrecções, que resultam sempre de degeneração de um idioma, q.do transportado a diversa região d'aquella onde nasceu e se desenvolveu”

(<https://schuchardt.uni-graz.at/id/letter/1385>). Em 1883, escreveu-lhe diretamente de Bombaim, comprometendo-se a pô-lo em contacto com o governador de Damão, António Sérgio de Sousa (1842-1906), para que o auxiliasse nos seus trabalhos. Nesse mesmo ano, Francisco Meireles foi agraciado com o grau de comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Por decreto de 14 de agosto de 1889, foi promovido a segundo oficial cônsul na Índia britânica e ascendeu a primeiro oficial por decreto de 21 de novembro do mesmo ano. Em 1890, quando as relações entre os governos português e britânico entram em crise na sequência do Ultimato Inglês, foi exonerado do cargo e nomeado cônsul-geral de Portugal em Bremen e Stettin (Alemanha), operando simultaneamente como cônsul de 1.ª classe e adido comercial junto da embaixada portuguesa em Berlim.

De volta à capital portuguesa, a 20 de maio de 1892 foi nomeado secretário-geral da Companhia de Moçambique em Lisboa. Em 1894, além de receber o grau de oficial da Ordem de Santiago da Espada, retornou àquele país africano na qualidade de governador dos territórios de Manica e Sofala, que se encontravam então sob a administração da Companhia de Moçambique. De novo em Lisboa, foi feito, em 1896, fidalgo do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima. A 15 de janeiro de 1897, viu firmada a sua renomeação como governador de Manica e Sofala. O território atravessava então um período de grande tensão, que culminaria na Segunda Guerra Anglo-Boer (1899-1902). Francisco Meireles socorreu-se da sua diplomacia e prática conciliatória para mediar, mais uma vez, as relações entre portugueses e britânicos, mantendo-se no seu posto até ao fim da guerra. A sua atuação político-diplomática foi reconhecida por ambas as partes em 1902. Foi-lhe atribuído o grau de cavaleiro e comendador da Ordem (britânica) de São Miguel e São Jorge, que lhe valeu o título de *siz*; também o rei português decretou, a 9 de maio de 1902, a concessão do título de visconde de Meireles, exatamente dois anos após **D. Carlos** o ter nomeado fidalgo cavaleiro da Casa Real.

É com o título de Visconde que aparece inscrito no **XIII Congresso Internacional de Orientalistas**, que decorreu em 1902, na cidade alemã de Hamburgo. Ali representou o governo português na qualidade de adido comercial à Legação de Portugal em Berlim. Embora o seu nome surja também na lista de adesões individuais ao Congresso, não há

registo de que tenha apresentado ou publicado qualquer trabalho no âmbito deste encontro, que contou com a participação efetiva de **David Lopes**. A sua associação ao Congresso terá sido formal; era prática comum os governos enviarem em sua representação, em eventos internacionais, funcionários que se encontrassem destacados no local onde o evento viesse a ter lugar. Não obstante, deve-se reconhecer-lhe um certo orientalismo diletante, que sobressai sobretudo nas crónicas de viagem que escreveu, em 1894, para a revista *A Leitura*, as quais são pouco conhecidas. Em “Bijapur”, adotando uma visão inclusiva e comparativa entre a Índia portuguesa e a Índia britânica, entre a Índia cristã (Goa) e a Índia muçulmana (Bijapur), constata o silêncio da historiografia indiana quanto à presença portuguesa na região, reconhece o papel britânico no advento da Índia como potência comercial e entrevê a ruína na “orgulhosa Bijapur musulmana, e [n]a Gôa christã, [que] dormem ambas o somno da morte...” (1894, 100, 102 e 110). Em “Matheran”, dá a conhecer um sanatório sob administração britânica para inspirar o governo português a estabelecer um na fronteira portuguesa. Por ocasião do malogrado **X Congresso de Orientalistas**, em 1892, coubera a seu tio, Alexandre Távora do Canto e Castro (1827-1896), ex-magistrado na Índia, o convite para integrar o comité executivo do evento.

Em 1903, Francisco Meireles é enviado para a América do Sul, ao ser nomeado ministro plenipotenciário em Buenos Aires e Montevidéu. Reformou-se da vida diplomática em 1908, nas Balcãs, para onde fora enviado como ministro. Em 1907, o seu desempenho foi homenageado com a comenda da Ordem da Coroa da Prússia.

A par da sua atuação política, reconhecem-se-lhe apetências literária. Serviu como crítico literário para o *Jornal da Noite*, de Lisboa, no qual colaborou com António Augusto Teixeira de Vasconcelos (1816-1878), um dos sócios da efémera **Associação Promotora dos Estudos Orientais e Glóticos em Portugal**. A sua atividade literária revela-se também na tradução portuguesa que fez da novela cómica *El Sombrero de Tres Picos* (1874), do espanhol Pedro de Alarcón, e no uso de pseudónimos, como Ruy Xavier ou Mendo Vaz, para assinar textos de cariz mais literário. Enquanto agente da administração colonial, terá colaborado em periódicos como o *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), o *Anglo-Lusitano* (Goa), a *Revista Geographica* e o *Jornal das Colónias*, que fora propriedade de seu pai, André Francisco Meireles de Távora do Canto e Castro, e que ajudou a revitalizar. As suas afiliações a instituições e sociedades científicas estiveram alinhadas com este perfil de funcionário colonial. Foi sócio do Instituto de Coimbra (1887), da Sociedade de Geografia de Lisboa

(tornou-se sócio ordinário em 1876, com o número de registo 2090) e da Sociedade Martins Sarmiento.

Francisco Meireles do Canto e Castro faleceu a 7 de março de 1915 na freguesia de Dafundo, no concelho de Oeiras.

## Bibliografia do autor

### ARTIGOS EM PERIÓDICOS

1890. Emigração indo-portuguesa para Moçambique. *Anglo-Lusitano* (n.º 193), 13 mar.
1894. [sob pseudónimo Ruy Xavier]. Bijapur. *A Leitura: magazine litterario - romances, historia, viagens* III (1.º ano): 99-124.
1894. [sob pseudónimo Ruy Xavier]. Matheran. *A Leitura: magazine litterario - romances, historia, viagens* III (1.º ano): 255-263.
1894. [sob pseudónimo Ruy Xavier]. De Allemanha. *A Leitura: magazine litterario - romances, historia, viagens* III (1.º ano): 321-330, 483-494.
1914. A conquista da Índia. *Revista de Historia* 12: 300-317. (Separata: 1914. *A Conquista da Índia*. Porto: Typ. da Empresa Literária e Tipográfica.)

### TRADUÇÃO

ALARCÓN, Pedro António de. 1877. *O Chapeo de Tres Bicos...* Versão do Visconde de Meireles; ilustrações de Manuel de Macedo. Lisboa: Mattos Moreira & C.

## Correspondência

### ARQUIVO HUGO SCHUCHARDT

1882. Carta a Hugo Schuchardt, 11 nov., Lisboa, <https://schuchardt.uni-graz.at/id/letter/1385>
1883. Carta a Hugo Schuchardt, 5 jun., Bombaim, <https://schuchardt.uni-graz.at/id/letter/1488>

## Referências

- [ANÓN.]. 1914. *Catálogo de uma Boa Coleção de Obras Antigas e Modernas que pertenceram aos... senhores Visconde de Meyrelles e Coronel João Maria de Aguiar, de Évora...* Lisboa: Norberto Fuertes.
- FREITAS, Fernando da Costa. 1921. Francisco de Menezes Meireles de Távora do Canto e Castro (Visconde de Meireles). *Revista de Guimarães* XXXI (4, out.): 277-281.
- LOBO, Sandra Maria Calvinho Ataíde. 2013. *O Desassossego Goês. Cultura e política em Goa do Liberalismo ao Acto Colonial*. Tese de Doutoramento em História e Teoria das Ideias, especialidade Pensamento, Cultura e Política. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 533. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/10822>.
- [MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS]. 1896. *Anuario Diplomático e Consular Portugues*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- . 1897. *Anuario Diplomático e Consular Portugues*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- NOGUEIRA, Francisco Miguel. 2018. *Sir Francisco de Meneses Meireles do Canto e Castro, 1.º Visconde de Meireles*. *Jornal da Praia*, 8 maio, <http://www.jornaldapraia.com/noticias/ver.php?id=2713>.
- PEREIRA, Hugo Silveira. 2017. O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17: 229-252. [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_17\\_10](https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_10).

AN e MPP  
última atualização em janeiro de 2021